

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Análise de Rede da “Confederação do Equador”: Origens do Federalismo no Brasil a partir de O Typhis de Frei Caneca

Helder Ferreira do Vale

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15155>

Submetido em: 2026-02-18

Postado em: 2026-02-20 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Análise de Rede da “Confederação do Equador”: Origens do Federalismo no Brasil a partir de *O Typhis* de Frei Caneca

Helder Ferreira do Vale¹

<https://orcid.org/0000-0002-4993-7932>

Federal University of Bahia (UFBA)

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, PAF-V

Ondina, 40170-115, Salvador, BA, Brazil

Resumo: Este artigo analisa a rede federalista que culminou na Confederação do Equador (1824) mediante Análise de Rede Social (ARS) aplicada à revista *O Typhis Pernambucano*, editada por Frei Caneca (1823-1824). O artigo reconstrói o movimento com métricas que revelam uma rede bipolar — comunidade federalista versus imperial — com alta coesão interna no bloco nordestino, mas baixa capacidade de construir pontes externas. A triangulação com publicações da época, *O Spectador Brasileiro* e *Diário Fluminense*, confirma que o colapso do núcleo federalista decorreu das vulnerabilidades estruturais da rede. A pesquisa consagra o *Typhis* como registro e infraestrutura da mobilização federalista, revelando a imprensa como um mecanismo de criação de redes de resistência e difusão de novas ideologias.

Palavras-chave: Análise de Redes Sociais, Confederação do Equador, *Typhis Pernambucano*, Federalismo Brasileiro, Frei Caneca, Imprensa Política no Império

Data desta versão: fevereiro 2026

Conflito de interesses: O autor declara que não possui conflitos de interesse.

Acessibilidade dos Dados: Os dados de pesquisa e materiais que sustentam o arcabouço analítico e os resultados deste artigo estão disponibilizados de forma aberta e publicamente acessível no repositório Mendeley Data, e são citados como: Ferreira do Vale, Helder (2026), “Análise de Rede - Typhis”, Mendeley Data, V1, doi: 10.17632/33kxpdmstv.1 Os dados são fornecidos sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

¹ Contact: helderdovale@gmail.com

Network Analysis of the “Confederation of the Equator”: Origins of Federalism in Brazil based on Frei Caneca’s *O Typhis Pernambucano*

Abstract: This article analyzes the federalist network that culminated in the Confederation of the Equator (1824) through Social Network Analysis (SNA) applied to the magazine *O Typhis Pernambucano*, edited by Frei Caneca (1823-1824). The article reconstructs the movement with metrics that reveal a bipolar network — federalist community versus imperial — with high internal cohesion in the northeastern bloc, but low capacity to build external bridges. Triangulation with contemporary publications, *O Spectador Brasileiro* and *Diário Fluminense*, confirms that the collapse of the federalist core resulted from the network's structural vulnerabilities. The research establishes *O Typhis* as both a record and infrastructure of federalist mobilization, revealing the press as a mechanism for creating resistance networks and disseminating new ideologies.

Key words: Social Network Analysis; Confederation of the Equator, *Typhis Pernambucano*, Federalism, Frei Caneca, Printing Press in the Empire

1 - Introdução

O processo de edificação do Estado-Nação brasileiro, subseqüente à Proclamação da Independência em 1822, foi marcado por crises políticas e ideológicas. Este período inicial do Primeiro Reinado (1822-1831), longe de ser uma transição consensual de poder, representou um embate entre o projeto unitário e centralista, defendido pela Coroa e seus aliados no Rio de Janeiro, e o crescente ideário federalista e, em alguns casos, republicano, que dominava certas províncias.

A Confederação do Equador em 1824 constituiu o clímax desse conflito no nordeste do Brasil. O movimento, que se iniciou em Pernambuco e se espalhou por províncias como Ceará e Paraíba, não deve ser compreendido como uma rebelião isolada ou puramente regional, mas como a culminação de um ciclo de oposição ao centralismo autoritário de D. Pedro I, cujas raízes remontam à Revolução Pernambucana de 1817 (de Carvalho 1998, de Mello 2004). No Brasil, essa oposição foi articulada na primeira metade do século XIX com a emergência da crítica escrita evidenciando a opinião pública como agente relevante na difusão do constitucionalismo (Carvalho 2023).

O cerne do artigo reside na natureza dessa oposição e em como ela se organizou diante da repressão do governo central. Se o Brasil pós-1822 era idealmente uma “nação ligada por laços políticos e territoriais,” a imposição de políticas centralistas e a dissolução arbitrária da Assembleia Constituinte em novembro de 1823 forçaram uma rápida polarização estrutural. A questão central a ser examinada é como a liderança de Frei Caneca, através da publicação semanal do *Typhis* ao longo de oito meses, conseguiu articular uma rede de oposição robusta o suficiente para desafiar a autoridade imperial e transformar o descontentamento ideológico em uma ação revolucionária coordenada.²

A historiografia tradicional, ao abordar a Confederação do Equador, frequentemente se concentra nas biografias de líderes carismáticos, como Frei Caneca, ou na difusão de documentos ideológicos. Contudo, a aplicação da Análise de Redes Sociais (ARS) permite uma interpretação histórica alternativa às outras abordagens.

A ARS oferece uma perspectiva relacional, que compreende a mobilização social para além dos atributos individuais dos atores. Segundo essa abordagem, um movimento social é uma estrutura relacional complexa que cria laços de solidariedade, mesmo que se originem de estruturas pré-existentes (Gould 1997, Carlos 2011). O processo de formação de rede, que culminou na declaração da Confederação do Equador, tem precisamente como uma de suas contribuições para o desenvolvimento do Estado-Nação brasileiro seu efeito duplo de difundir ideias constitucionais (e.g., republicanismo, federalismo) e criar

² O corpus tem exatas 77.812 palavras transcritas do exemplar com a introdução de Vamireh Chacon (1984). Esse corpus utilizado para a Análise de Rede e para a Análise de Discurso está depositado no seguinte repositório eletrônico: <https://data.mendeley.com/preview/33kxpdmstv?a=ff71510d-1e07-4d9f-b1dd-8f64b9423e2e>. O corpus transcrito é utilizado para obtenção das métricas relacionadas às técnicas de análise.

laços de solidariedade entre as “províncias do Norte”. Na tentativa de demonstrar de forma mais nuançada aspectos estruturais da mobilização em Pernambuco, aplica-se a ARS ao conteúdo do *Typhis*, sendo possível identificar a dinâmica e os pontos de vulnerabilidade do módulo federalista pernambucano. O periódico, conforme indicado na análise, funcionou como a infraestrutura comunicacional essencial para a coordenação ideológica e geográfica da oposição (Ramires 2017).

Ao validar a imprensa como agente de articulação na formação de rede, a dimensão ideacional tem um valor significativo em propulsar a mobilização social. Particularmente importante nessa dimensão é desvelar, por meio do seu repertório contestador (*repertoire of contestation*), “como” e “o que” os líderes da mobilização conhecem, e a sociedade espera que se faça com o conhecimento (Tilly 1978: 151). Nesse sentido, o módulo federalista da Confederação do Equador demonstra as transformações de conceitos constitucionalistas – liberdade, republicanismo, e federalismo – que viriam a moldar futuros acontecimentos históricos no país. À articulação desse repertório na forma de rede no contexto da Confederação do Equador, denominamos de constitucionalismo autonomista, que se refere a junção de ideais inovadoras, nomeadamente, federalismo e republicanismo, que eram empregadas nos textos da época para conceber novas trajetórias ideacionais.³

Em base às mencionadas considerações, o objetivo principal deste artigo é analisar a evolução topológica da rede da Confederação entre 1823 e 1824. Mapear esta evolução consiste em rastrear as fases de mobilização considerando suas juntas críticas. Para entender os aspectos estruturais do constitucionalismo autonomista como ideário político, dividimos a análise em quatro fases do processo de publicação do *Typhis*: (1) Fase de Observação, com Frei Caneca como hub ideológico; (2) Emergência de Comunidades e Polarização Local; (3) Fase de Expansão Regional, com o núcleo federalista estendendo-se ao Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; e (4) Fase de Ruptura e Confederação.

Esta periodização emerge da progressão que parte do estado inicial de “Observação” à “Ruptura e Confederação.” Em tal desenvolvimento, podemos observar, por exemplo, como a relação entre Frei Caneca e D. Pedro I transforma-se de “lealdade condicional” (Fase 1) em “acusação de perjúrio e tirania” (Fase 4), documentando não apenas a mudança de posição, mas também as justificativas e eventos precipitadores dessa transformação. Esta periodização é essencial para compreender processos de mobilização política, na qual o *timing* das ações e a sequência de eventos determinam resultados (Tilly, 2008).

³ No *Typhis*, os termos “federação” e “confederação” aparecem apenas 12 vezes, mas com sentidos mutáveis. “Federação” inicialmente designa a união Brasil-Portugal, enquanto “confederação” descreve um Brasil composto por províncias autônomas. Na fase intermediária, “federação” aproxima-se da ideia de autonomia, inspirada na Constituição do México. Na etapa final, ambos os termos tornam-se bandeiras internas: Frei Caneca defende um arranjo federativo ligado à resistência, autogoverno e tonalidades separatistas.

A ARS utilizada neste artigo representa uma rede mínima visto que o tamanho de nós e arestas são reduzidos pois se restringe a mapear a estrutura desde a perspectiva de Frei Caneca, a qual nos referimos como rede da Confederação. Dentro desta rede há dois comunidades, que aqui as denominamos de módulos: o módulo federalista, liderado por Pernambuco e Frei Caneca, o módulo imperial, dominado pelo Rio de Janeiro e D. Pedro I.⁴ Mesmo ignorando outras redes formadas, a raiz dessa rede iniciada em Pernambuco, considerada a origem de um processo difusor das ideias federalistas, o artigo articula algumas inferências sobre a mobilização sociopolítica do início do Brasil independente. Em outras palavras, a rede do federalismo pernambucano representa uma contribuição inicial da ARS para mapear a construção de uma rede da Confederação que contribuiu para uma eventual adoção e institucionalização do federalismo no Brasil.

O artigo organiza-se em oito seções que articulam o argumento central. As Seções 2 apresenta o referencial teórico que fundamenta o estudo, servindo de base para o desenho de pesquisa detalhado na Seção 3. A Seção 4 aplica a análise textual para contextualizar o léxico do corpus e em seguida, na Seção 5, para construir a rede da Confederação que demonstra o poder mobilizador do módulo federalista. Na Seção 6, o *Typhis* é examinado como campo de batalha informacional e sua narrativa é contrastada com a perspectiva oferecida pelos jornais cariocas *O Spectador Brasileiro* e *Diário Fluminense*. A Seção 7 desenvolve inferências derivadas da ARS, identificando os elementos estruturais que favoreceram a emergência e consolidação da comunidade federalista no Brasil imperial. Por fim, a Seção 8 apresenta as conclusões, discutindo o colapso do movimento autonomista pernambucano e suas implicações tanto para a teoria das redes quanto para a historiografia sobre o período.

2 - O *Typhis* como Fonte para Análise de Redes

O *Typhis* exemplifica o potencial analítico de certas fontes primárias para a reconstrução de redes históricas, quando combinam densidade informacional, continuidade temporal, explicitação de valências relacionais e visibilidade de mecanismos processuais. A análise de redes não é viável com qualquer documentação: exige fontes que registrem conexões entre atores com sistematicidade suficiente. Nesse sentido, a imprensa política do século XIX — especialmente em momentos de mobilização revolucionária — constitui um tipo documental privilegiado (Carvalho 2023), pois não apenas refletia redes existentes, mas também as construía e sustentava. Diferentemente de documentos administrativos, que registram majoritariamente interações formais, ou de correspondências privadas, que

⁴ Um terceiro módulo poderia ser criado, o módulo institucional, que seria formado por instituições (e.g., Assembleia Constituinte) que representam ideias (e.g. republicanismo), as quais são fontes de conflito. Entretanto, essas instituições no século XIX estavam longe de ser neutras, e, portanto, teria pouca relevância como módulo independente na ARS, uma vez que eram facilmente capturadas. Tal situação de fato ocorreu com a Assembleia Constituinte.

oferecem visões fragmentárias, periódicos engajados capturam o campo político em sua totalidade dinâmica.

É a partir dessa base documental que se torna possível narrar a Confederação do Equador, e compreender analiticamente os processos relacionais que permitiram ao movimento emergir, mobilizar recursos, formar identidades coletivas e desafiar estruturas imperiais. A análise topológica de redes, quando combinada à narrativa histórica, pode revelar mecanismos causais visto que a topologia de rede nos ajuda a identificá-los e a tornar explícita a arquitetura relacional que sustenta os eventos.

A aplicação da análise de redes a contextos históricos enfrenta desafios metodológicos importantes, pois depende de vestígios documentais frequentemente incompletos (Lemercier, 2015; Rollinger, 2020). A qualidade e a natureza da fonte condicionam a profundidade da reconstrução possível (Stark & Vedres, 2006). Nesse cenário, o *Typhis* constitui uma fonte excepcional. Como “artefato de rede” (Mische, 2008), o periódico simultaneamente reflete, produz e mobiliza as relações que documenta. Sua riqueza relacional permite mapear conexões e compreender mecanismos de formação, intensificação e ruptura de laços políticos no ambiente altamente polarizado que antecedeu a Confederação do Equador.

Entretanto é importante destacar que a rede aqui apresentada, longe de ser uma rede robusta, é uma “rede mínima”, que deve ser considerada em uma análise inicial de uma rede mais complexa visto que no artigo retratamos uma rede de um grupo ao qual nos referimos pertencentes ao federalismo pernambucano. Contudo, isso não implica que podamos extrair conclusões relevantes, em particular considerando o *Typhis* como evidência de um documento relacional que funcionou como instrumento político.

Como documento relacional, o *Typhis* permite mapear as estruturas sociais que converteram lideranças como Frei Caneca em agentes revolucionários. Em primeiro lugar, a revista funciona como registro de estruturas sociais, oferecendo detalhes que vão além da informação factual tradicionalmente extraída pelas narrativas históricas (Tilly, 2008). Por meio de uma leitura orientada pela análise de redes, o periódico revela quem se relaciona com quem, com que intensidade e com quais efeitos sobre a configuração do campo político (Bearman, 1993; Padgett & Powell, 2012).

Em segundo lugar, o *Typhis* expressa relações multidimensionais, algo raro em fontes administrativas convencionais, que tendem a registrar apenas vínculos formais. O caráter polêmico do periódico explicita simultaneamente alianças políticas, antagonismos ideológicos, conflitos militares, solidariedades regionais e comunicações epistolares, possibilitando a construção de redes multiplexas (Verbrugge, 1979).

Em terceiro lugar, trata-se de um retrato temporal da rede, permitindo observar sua evolução: a formação e ruptura de alianças, a emergência de novos atores, a intensificação da polarização — superando a limitação comum em análises históricas de redes tratadas como estruturas estáticas (Moody et al., 2005).

Por fim, o periódico torna explícita a valência das relações. A retórica de Frei Caneca — que qualifica o Morgado do Cabo como “instrumento da facção portuguesa” ou João Taylor como “pirata” — elimina ambiguidades interpretativas e possibilita a construção de redes assinadas, cruciais para analisar polarização e coalizões políticas (Leskovec et al., 2010).

Como documento que promove a ação política, o *Typhis* desempenha um papel mobilizador da imprensa em processos de contestação (Tarrow, 1998). No Brasil do início do século XIX, a imprensa não era meramente informativa, mas constituía arenas de disputa ideológica e formação da esfera pública (Morel, 2008; Lustosa, 2000). Nesse contexto, a revista atuava como infraestrutura de coordenação, conectando atores dispersos entre Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio de Janeiro, reduzindo distâncias geodésicas e permitindo ação sincronizada. A infraestrutura desta mobilização incluía o *Diário do Governo do Ceará*, primeiro jornal da província, cujo material tipográfico fora enviado de Pernambuco por Manoel de Carvalho — evidência da transferência não apenas de ideias, mas de recursos materiais através do módulo federalista (Stuart, 2024).⁵ Esta coordenação material, além da ideológica, demonstra que a expansão geográfica era estruturalmente sustentada pela capacidade infraestrutural construída desde Pernambuco.

Além de registrar relações, o periódico explica mecanismos relacionais: como adesões se formaram, por que identidades regionais foram mobilizadas, e como percepções de ameaça comum geraram alinhamentos. Ao enquadrar o Imperador como “tirano” ou Pernambuco como “pátria da liberdade”, o *Typhis* participa da construção de identidades coletivas que orientam pertencimentos e antagonismos (Snow & Benford, 1988).

Essa dimensão processual responde a críticas clássicas ao “fetichismo estrutural” na análise de redes, que frequentemente negligência a forma como as relações emergem ou se transformam (Emirbayer & Goodwin, 1994). O *Typhis* revela justamente esses mecanismos (Tilly, 2001), tornando-se não apenas um espelho do módulo federalista, mas um de seus nós centrais. Frei Caneca, enquanto editor, atua como *broker* informacional e empreendedor político, desempenhando papel decisivo na arquitetura comunicacional e estratégica da Confederação do Equador.

3 - Desenho de Pesquisa

A ARS é um método consolidado nas ciências sociais para mapear e analisar estruturas relacionais entre atores sociais, instituições e localidades (Wasserman & Faust, 1994; Scott, 2017). Diferentemente de abordagens que privilegiam atributos individuais, a ARS concentra-se nos padrões de conexão, fluxos de informação e posições estruturais ocupadas pelos atores dentro de sistemas relacionais complexos (Borgatti et al., 2018). No campo da história política, este método tem sido aplicado com crescente sofisticação

⁵ O Barão de Studart (1924) relata o provimento por parte de Manuel de Carvalho de uma imprensa ao Rio Grande do Norte, mesmo que não haja registro de sua utilização na província.

para compreender alianças, conflitos e dinâmicas de poder em contextos revolucionários e de mobilização coletiva (Padgett & Ansell, 1993; Mische, 2008; Erikson, 2013).

No presente estudo, a rede da Confederação é compreendida como um sistema dinâmico de relações políticas, militares, ideológicas e comunicacionais que se transforma ao longo do tempo, refletindo os estágios de intensificação do conflito entre as províncias do Norte e o poder central sediado no Rio de Janeiro.

3.1 *Corpus e Unidade de Análise*

O corpus empírico da pesquisa consiste nas 29 edições completas do *O Typhi*, publicadas entre 25 de dezembro de 1823 e 5 de agosto de 1824. Este periódico constitui, ele próprio, um instrumento deliberado de construção, articulação e mobilização da rede da Confederação. Como argumentado por Mische (2008), a imprensa política do século XIX operava simultaneamente como meio de comunicação e infraestrutura organizacional de movimentos políticos.

A escolha deste corpus justifica-se por três razões principais: (1) a centralidade de Frei Caneca como articulador intelectual e político do movimento federalista; (2) a continuidade temporal das edições, que permite acompanhar a evolução da rede; e (3) a riqueza de referências explícitas e implícitas a atores, instituições, eventos e relações que possibilitam a reconstrução de redes do período.

3.2 *Nós e Arestas do Typhis*

Seguindo os protocolos estabelecidos pela literatura de ARS histórica (Lemercier, 2015; Rollinger, 2020), procedemos à identificação sistemática de dois elementos fundamentais da rede: os nós (*nodes*) e as arestas (*edges*). Para maior compreensão dos termos relacionados à teoria de redes empregados nesse artigo, o Anexo I contém um glossário de 18 termos e suas definições.

Iniciamos a codificação da rede com identificação dos nós por meio da leitura exploratória, que reconhece os atores mencionados no texto. As arestas são definidas pela codificação estruturada das relações, registrando quem se conecta com quem, qual o tipo de vínculo estabelecido e sua valência positiva ou negativa. Os campos de tempo (início e fim) derivam da localização da interação em cada edição do *Typhis*, permitindo definir o intervalo temporal de validade da relação. Já o peso de cada aresta corresponde à frequência ou intensidade com que determinado tipo de relação aparece ao longo das edições. Assim, a codificação é um processo qualitativo de coleta e organização das interações, enquanto as métricas quantitativas são aplicadas posteriormente para interpretar a estrutura e o comportamento da rede codificada.

Os nós no *Typhis* foram categorizados em cinco tipos: atores individuais, grupos políticos, instituições e conceitos políticos, entidades territoriais e corpos militares. A inclusão de conceitos políticos como nós analíticos segue a perspectiva de que ideias e instituições abstratas funcionam estruturalmente como atores na medida em que mobilizam apoio, geram oposição e articulam alianças (Emirbayer & Goodwin, 1994).

Quadro 1: Categorias de Nós

Categoria de Nó	Exemplos no Texto (Atores Individuais e Coletivos)
Atores Individuais	Liderança Federalista: Frei Caneca (o editor), Manoel de Carvalho Paes de Andrade (Presidente de Pernambuco), Antônio Carlos de Andrada, Montezuma, Antônio Joaquim de Mello. Oposição Imperial (Chumbismo): D. Pedro I (o Imperador), Ministros do Rio de Janeiro (Severiano, Clemente Ferreira França, Francisco Villela Barboza, etc.), Facção Portuguesa (ou "Chumbeiros"), João Taylor (Comandante naval).
Instituições e Conceitos Políticos	Assembleia Constituinte (dissolvida), Senado do Rio de Janeiro ("muito leal e heroico"), Câmaras (Recife, Olinda, Goiana, Mipibú), Conselho de Estado.
Entidades Territoriais	Pernambuco (a "pátria da liberdade"), Rio de Janeiro (a "corte"), Bahia, Ceará, Paraíba do Norte, Alagoas.
Corpos Militares	Tropa Portuguesa, Esquadrão de Cavalaria, 2º Batalhão de Caçadores, Guerrilhas.

Fonte: Elaboração do autor

As arestas foram classificadas segundo sua natureza e valência que indicam a existência de três tipos de relações: negativas de oposição e conflito,⁶ positivas de aliança e cooperação⁷ e comunicacionais de troca e transmissão informacional.⁸

Cada aresta foi codificada com os atributos: (a) tipo de relação, (b) valência (positiva/negativa), (c) intensidade (inferida pela frequência e ênfase retórica), e (d) localização no corpus (edição específica).

Quadro 2: Origem, Destino, Tipo de Relação, Categoria e Período das Arestas

⁶ Crítica/Ataque Ideológico: Denúncias, acusações e desqualificações discursivas; Ação Hostil/Militar: Bloqueios, batalhas, prisões, expulsões; Rejeição/Exclusão: Votos contrários, recusas de posse, expulsões políticas.

⁷ Apoio/Defesa: Manifestações explícitas de solidariedade e sustentação; Aliança/Adesão: Declarações de união e compromisso mútuo; Liderança/Subordinação: Relações hierárquicas dentro de grupos.

⁸ Correspondência: Troca de cartas e mensagens oficiais; Propaganda/Mobilização: Apelos públicos através do periódico; Informação/Notícia: Transmissão de informações sobre eventos e decisões.

Category	Total Relations (N)	Total Weight	Main Actors Involved	Overall Period (Edições)	General Description
A. Oposição / Conflito	7	85	RI, FC, P1, JT, DP1, MG, MN, MCR, SR	1–29	Hostilities, críticas, rupturas e ações de bloqueio entre províncias, governo central e atores militares.
B. Aliança / Influência	7	97	P1, FC, MCR, RI, PB, CE, FP, DP1, MG	1–29	Apoios, união federalista, liderança política, associações estratégicas e mobilizações.
C. Informação / Comunicação	4	49	FC, P1, BH, RI	1–29	Fluxos de imprensa, correspondência e circulação de notícias entre as províncias e a Corte.

Fonte: Elaboração própria com base no *O Typhis Pernambucano*

3.3 Periodização e Análise Temporal

A análise reconhece o caráter dinâmico da rede que se formou com a sequência de publicação do *Typhis*, sendo possível a segmentação dessa sequência em quatro fases cronológicas que refletem transformações qualitativas na estrutura e nas estratégias da mobilização federalista.

A primeira fase, a qual chamamos de Fase de Observação, correspondentes às edições de 1 a 6 (dez/1823-jan/1824), reflete um período de crítica intelectual à dissolução da Assembleia Constituinte, com manutenção táctica da lealdade ao Imperador e foco na construção de consenso local. Em seguida vem a Fase de Crítica Aberta, que inclui nove edições (Edições 7-150, jan-mar/1824) pelas quais há uma intensificação da oposição após a outorga da Constituição de 1824 e a tentativa imperial de imposição do Morgado do Cabo como presidente de Pernambuco. Na terceira fase, denominada Fase de Hostilidade (Edições 16-24, mar-jun/1824), observa-se a militarização do conflito com o bloqueio naval de João Taylor, expansão geográfica da rede para Paraíba e Ceará, e início das operações militares. Na quarta e última fase, a Fase de Ruptura e Confederação (Edições 25-29, jun-ago/1824), se dá o rompimento formal com o Império através da proclamação da Confederação do Equador e convocação para estabelecimento de governo autônomo.

Esta periodização, fundamentada em análise temática e de conteúdo do periódico, permite observar a rede como *processo* (network as process) e não apenas como estrutura estática (Emirbayer & Goodwin, 1994).

3.4 Métricas e Indicadores de Rede

A função de cada métrica de rede é fornecer uma lente quantitativa para interpretar o universo político do *Typhis*, revelando sua estrutura e dinâmica de conflito por meio de métricas de centralidade, coesão e dinâmicas. Nesse sentido calcularemos o Grau de Centralidade (*degree centrality*), a modularidade da rede e a taxa de formação de arestas (*rate of edge formation*). O Anexo II contém os procedimentos para quantificar cada métrica.

O Grau de Centralidade mede a atividade de cada ator na rede, indicando o número total de conexões diretas de um nó. Para o *Typhis*, essa métrica foi calculada separando o grau de saída (*out-degree*), que contabiliza a influência e crítica que um ator emite (e.g., Frei Caneca criticando o Imperador), do grau de entrada (*in-degree*), que contabiliza a vulnerabilidade e o foco que um ator recebe (e.g., Pernambuco sendo alvo do bloqueio naval). O Grau Total é a soma dos dois graus, o de Saída e de Entrada.

A Modularidade quantifica a força com que a rede se divide em comunidades ou módulos (grupos de atores mais densamente conectados entre si do que com o resto da rede). Para a sua contagem, a rede foi separada em dois grandes módulos políticos — o Federalista (Pernambuco, Caneca, aliados) e o Imperialista (D. Pedro I, Rio de Janeiro, agentes de repressão) — e então foi contada a proporção de arestas (relações) internas aos módulos versus as arestas que cruzam os módulos.

A Taxa de Formação de Arestas mede a velocidade de criação de novas interações únicas entre os atores ao longo do tempo, usando as quatro fases cronológicas da revista como unidades de tempo. O cálculo envolveu contar o número de arestas únicas que surgiram em cada fase e dividir pelo número de fases.

3.5 Triangulação com outras Fontes

Dadas as limitações de uma ARS construída a partir de um único corpus, este artigo adota uma estratégia de triangulação documental para qualificar e contrastar os resultados obtidos com o *Typhis*. Dessa forma, utilizamos o *Diário Fluminense*, órgão oficial da Coroa, para acompanhar a retórica governamental ao longo da crise da Confederação do Equador, bem como *O Spectator Brasileiro*, jornal independente do Rio de Janeiro, cujas três únicas referências ao levante — dois artigos e o Manifesto Imperial — fornecem uma perspectiva externa à mobilização no Nordeste sobre autonomia territorial.

A comparação entre esses discursos revela a imprensa como ator decisivo na construção e disputa de redes políticas, ao mesmo tempo em que evidencia fragilidades estruturais do movimento pernambucano: sua crescente coesão regional resultou em isolamento, especialmente pela exclusão de agentes moderados, como a Bahia. A triangulação, assim, reforça a validade da análise relacional e ilumina mecanismos concorrentes de interpretação que moldaram o desfecho de 1824, mostrando que a derrota da Confederação decorreu além de fatores militares também do colapso topológico de um módulo federalista incapaz de romper seu isolamento.

4- Análise Textual Preliminar

A análise lexical do *Typhis*, cujo detalhes se encontra no Anexo III, revela um universo discursivo altamente estruturado, no qual temas políticos, institucionais e identitários se articulam para construir um enquadramento coerente de oposição ao centralismo imperial. A tríade conceitual formada por “independência”, “constituição” e “liberdade” funciona como eixo central: são apresentados não apenas como valores abstratos, mas

como objetivos inseparáveis e mutuamente condicionados, compondo o horizonte político desejado pelos articuladores da Confederação.

No corpus, a alta frequência de termos como “*assembléia*”, “*constituição*”, “*soberania*”, “*liberdade*” e “*nação*” demonstra que o periódico opera fundamentalmente como uma arena de disputa constitucional e como espaço de elaboração de uma gramática política liberal. A palavra mais recorrente — “*assembléia*” — remete ao trauma político da dissolução da Assembleia Constituinte em 1823, marco interpretado pelo *Typhis* como ruptura autoritária e origem da crise.

O núcleo semântico constitucional aparece reforçado pelas combinações como “*assembléia constituinte*”, “*soberania da nação*”, “*sistema constitucional*” e “*projecto de constituição*”. Esses agrupamentos revelam que o *Typhis* discute sobre as instituições e articula um projeto alternativo à ordem imperial — um modelo de soberania popular e representação nacional radicalmente distinto daquele defendido por D. Pedro I.

Outro eixo temático estruturante é o da polarização política. Termos como “*facção portuguesa*”, “*faccionários*”, “*arbitrio imperial*”, “*tiranos e déspotas*” e “*chumbeiros do Rio*” estruturam uma narrativa de conflito que identifica inimigos internos e externos, enquanto expressões como “*resistência legítima*” e “*unidade das províncias*” legitimam a mobilização federalista. Essas combinações evidenciam um léxico de enfrentamento político e moral, no qual o periódico define fronteiras claras entre aliados e adversários — característica típica de redes políticas polarizadas.

A dimensão regional também emerge com força. Expressões como “*província de Pernambuco*”, “*povo pernambucano*”, “*câmaras municipais*” e “*norte do Brasil*” reforçam a construção de uma identidade política regional, apresentada como alternativa legítima ao poder central. O *Typhis* articula um discurso de solidariedade interprovincial, especialmente com Ceará e Paraíba, e projeta Pernambuco como núcleo moral e político da resistência.

Por fim, aparece um eixo moral-religioso, com combinações como “*religião católica*”, “*santa religião*”, “*providência divina*” e “*moral pública*”. Esse vocabulário cumpre dupla função: insere o discurso federalista na cultura moral da época e legitima politicamente a causa ao vinculá-la a princípios religiosos e éticos amplamente aceitos.

Quanto ao estilo metafórico de Frei Caneca, ele incorpora ao texto metáforas náuticas, coerentes com o título “*Typhis*”, que transformam o cenário político em uma paisagem marítima turbulenta: a “*nau da pátria*” enfrenta a “*tempestade política*” em busca do “*porto da salvação*”, enquanto “*bons ventos*” anunciam a possibilidade de mudança — imagens que dramatizam a crise e mobilizam o leitor. Por fim, a retórica de emergência, expressa por termos como “*perigo iminente*”, “*crise da pátria*” e “*nuvens que escurecem*”, reforça a sensação de urgência e legitima a necessidade de ação imediata. Em conjunto, esses padrões constroem um discurso coerente que articula ideal normativo, antagonismo político, imaginação simbólica e mobilização emocional.

Em conclusão, a análise de tópicos demonstra que o *Typhis* constrói uma narrativa totalizante unindo simultaneamente as esferas constitucional, regional, moral e política. O periódico emerge, assim, como instrumento de mobilização, formação de identidades e coordenação política — um “artefato de rede” que desvela a visão de mundo dos idealizadores da Confederação do Equador.

5 - A Geopolítica Política Nacional: Bipolar, Não-coesa e Radicalizada

A análise das métricas de rede revela uma geografia política, que consiste em análise topográfica das redes e a interpretação do contexto político, marcada por dois polos de poder bem definidos. Pernambuco, com o maior grau total, aparece como o núcleo articulador do movimento, acumulando tanto alianças quanto hostilidades e funcionando como o grande hub da Confederação. Em contraste, o Rio de Janeiro ocupa a posição de principal opositor, com alta centralidade e papel ativo na emissão de ordens e contra-ataques, configurando uma dinâmica claramente bipolar. Dentro desse cenário, Frei Caneca surge como o ideólogo central, um emissor dominante que molda o debate e projeta sua influência sem se tornar alvo direto de críticas proporcionais, enquanto outras províncias e entidades aparecem como alvos passivos, reforçando a assimetria na distribuição de agência política.

A baixa modularidade da rede aprofunda essa leitura ao indicar que a estrutura da network se faz por meio alta conectividade entre grupos antagonistas. O que mantém o grafo conectado não são laços internos densos, mas as arestas negativas de oposição, expressando uma lógica política mais reativa do que colaborativa. Essa configuração sugere que a Confederação do Equador, ao menos tal como representada pelo *Typhis*, era menos um projeto federativo consolidado e mais uma frente conjuntural unida pela rejeição ao centralismo imperial. A fragilidade interna revelada pela baixa coesão ajuda a explicar tanto a força retórica do movimento quanto suas dificuldades históricas de sustentação.

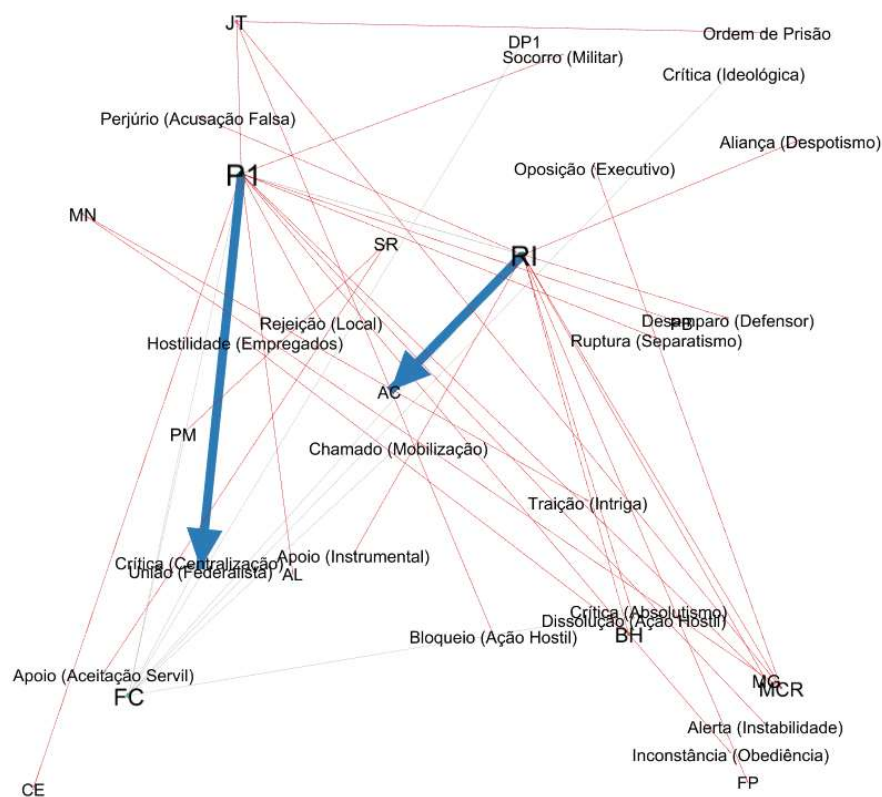
A dinâmica temporal, capturada pela taxa de formação de arestas, mostra uma narrativa clara de radicalização. Nas fases iniciais, a criação acelerada de novas conexões reflete um esforço de definição ideológica, mapeamento de atores e expansão do universo discursivo. À medida que a rede amadurece, o ritmo diminui, indicando que os principais antagonismos já estavam estabelecidos e que a atenção se voltava para a intensificação dos conflitos existentes, sobretudo com a entrada de atores ligados à escalada militar. Na fase final, a queda abrupta na formação de novas arestas coincide com o momento de ruptura decisiva: a declaração de secessão, simbolizada pela conexão D. Pedro I-Rio de Janeiro (P1→RI), marca o limite do discurso e o início da ação direta.

Como um todo, essas métricas compõem o retrato de um movimento em plena guerra discursiva. Pernambuco lidera, o Rio de Janeiro contra-ataca, Frei Caneca estrutura o imaginário e os demais atores orbitam como aliados desejados ou inimigos declarados. A rede, ao invés de ser apenas um reflexo da realidade política, funciona como um

dispositivo ativo de construção e polarização, revelando tanto o vigor mobilizador do projeto confederado quanto sua dependência de antagonismos externos para manter a unidade. O resultado é uma representação topográfica de como a Confederação do Equador se articulou, se radicalizou e finalmente se lançou à ruptura, deixando visíveis, em sua própria estrutura relacional, tanto sua ambição quanto suas vulnerabilidades.

O Grau de Centralidade confirmou Pernambuco e o Rio de Janeiro como os polos do conflito, enquanto Frei Caneca se destacou como o maior emissor de relações, validando seu papel como motor ideológico da publicação. Pernambuco (P1) é o nó mais central, com um Grau Total de 9 (5 saídas e 4 entradas). Isso demonstra que Pernambuco é o epicentro do debate, sendo o ator que mais estabelece alianças (PB, CE) e hostilidades (RI, MG), e é o principal alvo de ataques (JT, DP1, MCR). Rio de Janeiro (RI) é o segundo nó mais central (Grau Total 7), atuando como o principal polo de controle e oposição (4 saídas) e principal alvo da crítica federalista (3 entradas). Frei Caneca (FC) tem um Grau de Saída (4) quatro vezes maior que o de Entrada (1), confirmando seu papel de principal emissor de crítica e propaganda no periódico, sendo o motor ideológico da rede. Nós como MG, PB, CE, FP, AC, PM têm Grau de Saída 0, confirmando que são, primariamente, alvos (sejam eles ideológicos, aliados, ou opositores). A centralidade de Pernambuco e Rios é ilustrada no Desenho 1.

Desenho 1: Grafo da Rede da Confederação com Pernambuco e Rio de Janeiro como nós centrais



Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

A rede representada no Desenho 1 indica uma Modularidade baixa, sugerindo que a rede é altamente interligada por relações externas. As arestas internas (Intra-Módulo) equivalem a 8, e as arestas externas a 12. A baixa modularidade da rede se deve ao fato que o número de arestas externas (12) é significativamente maior do que o de arestas internas (8). Em outras palavras, o que conecta a rede não é a união interna dos grupos, mas sim a intensidade do conflito e da oposição entre eles. Isso indica que, embora existam dois grupos claramente definidos (Federalistas e Imperialistas), eles não são comunidades isoladas. Pelo contrário, a rede é altamente conectada pelo conflito e oposição. A luta (arestas de crítica, hostilidade, e ruptura) é o que mais conecta a rede.

A Taxa de Formulação de Arestas revelou que a estrutura da rede se formou rapidamente nas duas primeiras fases, quando os principais alvos (Poder Moderador, Morgado) e aliados (Paraíba) foram definidos. A queda acentuada na taxa nas fases finais indica que o conflito já estava estabelecido; o *Typhis* passou então a reforçar as relações pré-existentes que culminou com o ato de Ruptura, em vez de introduzir novos atores ou novos tipos de relações.

A progressão da mobilização federalista, conforme mapeada pelas edições do *Typhis*, por meio de suas quatro fases topológicas distintas, refletem a escalada do conflito e a rápida transformação da rede de comunicação em rede de ação.

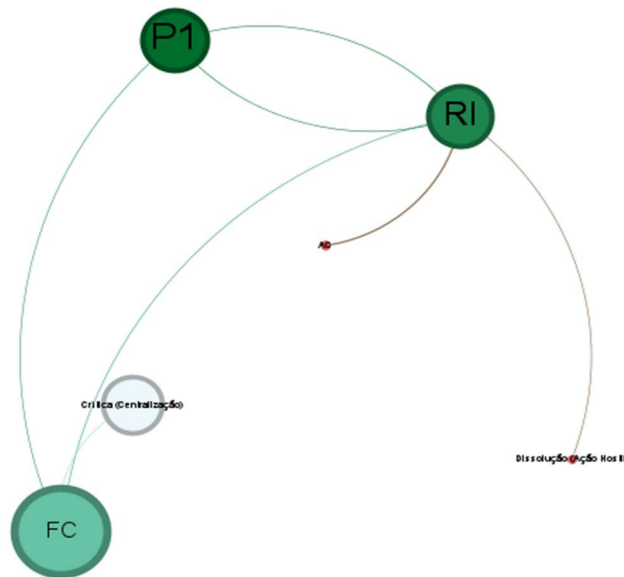
A. Fase 1: Observação (dezembro 1823 - janeiro 1824)

Imediatamente após a Dissolução da Assembleia, a rede de oposição em Pernambuco se manifesta como uma estrutura radial. Frei Caneca assume o papel de Hub Ideológico, utilizando o *Typhis* para centralizar a disseminação de informações e a interpretação dos fatos e, sequentemente, difundir informação para a network. Dessa forma, estar conectado a Frei Caneca significava receber informação. A estrutura inicial é caracterizada por relações predominantemente unidirecionais (FC → outros atores) com baixa densidade entre os nós periféricos.

A métrica chave desta fase é o alto Grau de Interconectividade (*betweenness centrality*) de Frei Caneca. Ele controla o fluxo de informações, sendo o único “astrolábio” confiável em meio à crise, mediando a elite política local, a população e as ideias abstratas de soberania. Essa topologia, no entanto, introduz uma vulnerabilidade crítica: a rede é altamente dependente de um único ponto de falha (FC).

Nesta fase, a rede é primeiramente intelectual e crítica, como o Desenho 2 retrata. O foco é a indignação com a dissolução da Assembleia Constituinte e a necessidade de união, embora Frei Caneca (FC) ainda mantenha uma lealdade tática ao Imperador (DP1).

Desenho 2: Rede da Confederação Fase 1 (Fase de Observação)



Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

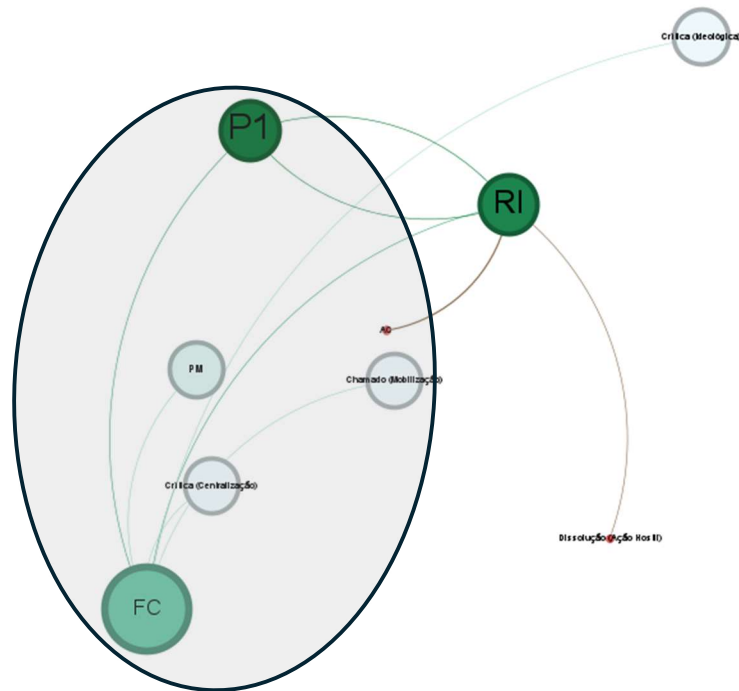
B. Fase 2: Emergência de Comunidades e Polarização Local (janeiro - fevereiro 1824)

Com a consolidação da Junta de Manoel de Carvalho e a recusa em aceitar a nomeação do Morgado Paes Barreto, o foco da rede muda para a coesão interna. Apesar de continuar baixa, há um aumento da densidade intragrupo, com o desenvolvimento de laços fortes entre os federalistas pernambucanos. O *Typhis* concentra-se em desmoralizar a oposição interna, a “facção portuguesa” e seus “apaniguados”, geradores de arestas negativas na rede (repulsão).

A rede exibe uma ascensão da modularidade, dividindo-se em dois campos opostos com poucas ou nenhuma aresta de cooperação: os federalistas das províncias do Norte e os centralistas do Rio/Aliados portugueses). Dessa forma há o início de duas comunidades, já que há vários nós e arestas dentro de dinâmicas antagônicas.

O foco se volta para a imposição da Constituição de 1824 e o aparecimento de aliados e traidores locais. O Presidente Manoel de Carvalho (MCR) consolida-se como o líder do Executivo pernambucano em oposição ao Rio de Janeiro (RI), e o debate torna-se mais pessoal e inflamado. Com o crescente conflito em uma rede relações antagônicas, o módulo federalista emerge como ilustra o Desenho 3.

Desenho 3: Rede da Confederação Fase 2 com a Formação do Módulo Federalista



Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

C. Fase 3: Expansão Regional (fevereiro - março 1824)

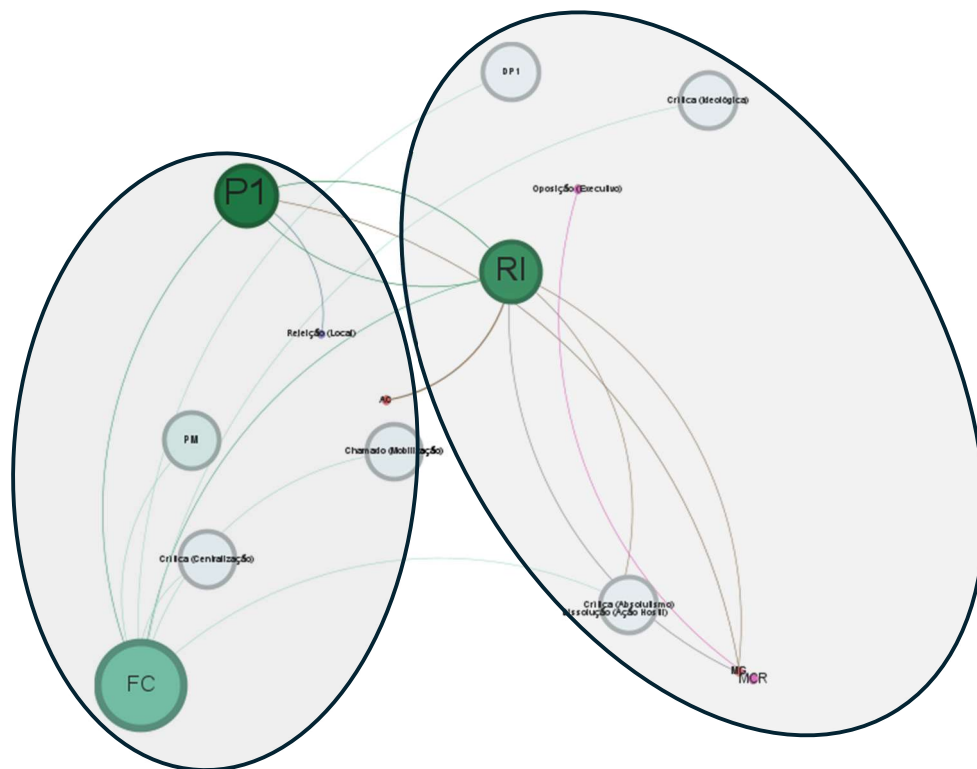
A crise entre Pernambuco e Rio de Janeiro deixa de ser um evento local para se expandir geograficamente, criando pontes inter-regionais com a Paraíba, Ceará e, em menor grau, Rio Grande do Norte (Andrade Filho et al., 2025). Essa expansão horizontal eventualmente descentraliza a rede, transformando-a em uma estrutura mais distribuída.

A adesão das províncias vizinhas é facilitada pela homofilia política e geográfica. As províncias do Norte compartilham um “Ressentimento com centralização,” interesses econômicos (autonomia portuária) e uma “Identidade regional” compartilhada. O *Typhis* reflete essa expansão ao relatar o apoio da Paraíba e do Ceará, como a prisão de portugueses.

A difusão do conflito segue a lógica de uma cascata de informação e mobilização: quando Paraíba e Ceará percebem que Pernambuco não está isolado, a ativação para a adesão se incrementa, resultando em um “Efeito Dominó” sequencial. Como consequência da maior adesão tanto do módulo federalista e o imperial, o antagonismo cresce na rede da Confederação como demonstra o Desenho 4.

O conflito saído da retórica escrita, entra na esfera militar e econômico. A rede se expande geograficamente no Nordeste, e o ataque direto do Império se manifesta.

Desenho 4: Rede da Confederação Fase 3 com Dois Módulos Antagônicos



Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

D. Fase 4: Ruptura e Confederação (abril - julho 1824)

A rede atinge sua máxima densidade interna e se manifesta como uma estrutura policêntrica, com a coordenação entre as províncias do Nordeste. O ponto de inflexão ocorre com o bloqueio naval imposto pelo Rio de Janeiro, liderado por João Taylor, em abril de 1824.

A recusa em jurar o Projeto Constitucional em junho de 1824 e a subsequente declaração da Confederação do Equador formalizam a ruptura com o Rio de Janeiro. Nesse momento, o módulo federalista atinge um início de ativação de novas conexões (*bonding social capital*), que denota coesão interna na formação da identidade nordestina (Burke et al. 2010), supera o medo da repressão e a ameaça militar, concretizando a secessão ideológica e estrutural. A Modularidade da rede alcança seu grau máximo (0.7+), indicando que os laços entre os módulos federalista e centralista estão completamente rompidos.

Comprovando a ativação de fato em consonância com a rede, a província do Pará foi a primeira a declarar, em 28 de abril, adesão à Confederação liderada por Pernambuco. A formação de uma Junta Revolucionária no Pará, entretanto foi rapidamente destituída por forças leais ao império, demonstrando que a capacidade de manter a adesão a Confederação era limitado (Andrade Filho et al., 2025).

O estudo da evolução topológica demonstra que o colapso final da Confederação refletiu uma falha estrutural (e.g., baixo capital de conexão externa de Frei Caneca) e de recursos

A rede ilustra, portanto, uma transição de Crítica Leal (defender D. Pedro I contra seus maus ministros) para a Revolução Separatista (declarar D. Pedro I o principal déspota e traidor). Esta reconstrução topológica, contudo, baseia-se exclusivamente na perspectiva federalista documentada no *Typhis*. Para avaliar sua robustez e identificar dimensões ausentes, procedemos a uma triangulação com fontes externas, apresentada na seção seguinte.

6 – Triangulação: o *Spectador Brasileiro*, o *Diário Fluminense* e Manifesto Imperial

A análise relacional construída a partir do *Typhis* revela a arquitetura política da Confederação do Equador, mas toda reconstrução baseada em fonte única enfrenta o problema fundamental de distinguir fato, retórica e percepção situada. Para qualificar essa leitura, realizamos uma triangulação qualitativa com três fontes contemporâneas de posições políticas distintas: *O Spectador Brasileiro* (liberal moderado), o *Diário Fluminense* (órgão governamental) e o Manifesto Imperial de 1824 (nota informativa da Coroa endereçada a representações diplomáticas estrangeiras). A heterogeneidade política e institucional dessas fontes permite reconstruir como diferentes atores do sistema imperial narraram os mesmos acontecimentos, frequentemente produzindo realidades paralelas e omissões estratégicas que revelam a crescente polarização do período.

A triangulação qualifica a leitura baseada no *Typhis*, ao mesmo tempo em que confirma sua estrutura relacional central. Ela revela dimensões ignoradas pelo discurso federalista — sobretudo a importância da Bahia como ponte frustrada, a preocupação diplomática imperial e a natureza burocrática e coordenada da repressão. A Confederação do Equador, embora fortemente coesa internamente, carecia de capacidade de articular alianças externas, e sua rede, desprovida de pontes, tornou-se vulnerável a ataques dirigidos.

Em contrapartida, o Império possuía recursos materiais, organizacionais e informacionais consideravelmente superiores, além da capacidade de construir narrativas oficiais que moldaram a memória da crise. O colapso da Confederação não decorreu apenas de derrota militar, mas de uma vulnerabilidade estrutural profunda: tratava-se de uma rede regional forte em coesão interna, mas estruturalmente isolada diante de um Estado que dominava as conexões centrais do sistema político e informacional brasileiro.

O Quadro 3 resume a guerra de narrativas em que cada polo disputa a definição legítima da crise — e, crucialmente, demonstra a evolução temporal do enquadramento imperial.

Quadro 3: Enquadramentos da Confederação do Equador em Quatro Fontes Contemporâneas (1823-1826)

Dimensão Analítica	<i>Typhis</i> Pernambucano (1823-24)	<i>Spectador Brasileiro</i> (1824)	Manifesto Imperial (1824)	<i>Diário Fluminense</i> (1825-26)
Frame Mestre	<i>Luta pela liberdade contra a tirania</i>	<i>Crise política evitável mal gerida por ambos os lados</i>	<i>Restauração da ordem legal contra sedição criminosa</i>	Triunfo civilizatório sobre "abortão" sedicioso

Dimensão Analítica	Typhis Pernambucano (1823-24)	Spectador Brasileiro (1824)	Manifesto Imperial (1824)	Diário Fluminense (1825-26)
Papel de D. Pedro I	Tirano pérfido (progressão: "mal aconselhado" → "déspota")	Soberano falível que cometeu erros graves	Soberano constitucional cumpridor de deveres	Monarca vitorioso, legitimado pela supressão da rebelião
Natureza da Confederação	Expressão legítima da soberania provincial	Reação compreensível, porém precipitada e lamentável	Conspiração de facciosos ambiciosos	"Corrompido espelho", "abortão", "enfermidade" curada
Motivação dos Federalistas	Patriotismo; defesa da liberdade	Insatisfação legítima canalizada inadequadamente	"Ambição de homens sem princípios que querem fazer fortuna à custa do sangue"	"Sediciosos" que "abandonaram a Pátria"
Causalidade da Crise	Absolutismo imperial; dissolução da Assembleia Constituinte	Erro político (dissolução) combinado com precipitação (secessão)	Conspiração pré-existente que apenas aguardava pretexto	[Silenciada: dissolução não é mencionada]
Repressão Imperial	Tiranía violenta; bloqueio criminoso	[Tema evitado; não discutido]	Dever constitucional de restaurar ordem	"Batalhões pacificadores"; vitória celebrada
Solução Proposta / Desfecho	Secessão e república federativa	Reforma político-constitucional dentro do Império, via mediação	Repressão militar justificada	Ordem restaurada; sedição suprimida; normalidade reconstruída

6.1 Convergências Fatuais: O Terreno Comum Mínimo

Apesar de suas divergências profundas, as quatro fontes reconhecem um conjunto restrito, mas sólido, de fatos essenciais. Esses elementos formam o terreno comum mínimo que sustenta e valida empiricamente a reconstrução relacional derivada do *Typhis*. A dissolução da Assembleia Constituinte de novembro de 1823 é reconhecida por todas as fontes, embora cada uma a interprete de maneira distinta: o *Typhis* a descreve como golpe autoritário; o *Spectador* a considera um erro grave; o Manifesto a minimiza; e o *Diário Fluminense*, em retrospecto, simplesmente a omite. Mesmo assim, todas as narrativas convergem ao admitir que o episódio desencadeou a crise de legitimidade que marcou os anos seguintes.

Da mesma forma, a proclamação da Confederação do Equador aparece em todas as fontes, embora descrita ora como ato heroico (*Typhis*), ora como fato lamentável (*Spectador*), ora como crime político (Manifesto e *Diário*). A recusa de Pernambuco e das províncias aliadas em jurar a Constituição de 1824 também é reconhecida em todas as narrativas, apesar das diferenças quanto à sua legitimidade.

A expansão da módulo federalista para o Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas é especialmente relevante, pois, além de aparecer no *Typhis*, surge confirmada no *Spectador*, o que demonstra que esses movimentos eram efetivamente percebidos no Rio de Janeiro. O *Diário Fluminense* silencia sobre essas adesões, e esse silêncio — longe

de indicar irrelevância — confirma a importância estrutural da expansão federalista e a intenção governamental de minimizar sua escala.

Essas convergências, ainda que poucas, validam empiricamente a existência e a dinâmica geográfica da rede da Confederação, demonstrando que a narrativa do *Typhis* não era apenas retórica militante, mas tradução de fenômenos amplamente perceptíveis no sistema político imperial.

6.2 Divergências de Enquadramento: Quatro Realidades Políticas Paralelas

A triangulação evidencia que as quatro fontes não apenas divergem em suas opiniões, mas constroem realidades políticas distintas, cada uma organizada por um enquadramento interpretativo próprio. O *Typhis* projeta a crise como luta entre liberdade e tirania, atribuindo a D. Pedro I o papel de déspota e defendendo a Confederação como expressão legítima da soberania provincial. Já o *Spectador* descreve uma crise política evitável, na qual a dissolução da Constituinte constituiu um erro grave, mas a secessão das províncias do Norte foi considerado com um movimento precipitado. Para o Manifesto Imperial, os federalistas formavam uma conspiração criminosa, e a repressão constituía cumprimento de um dever constitucional. O *Diário Fluminense*, escrito após a derrota da Confederação, abandona o tom defensivo e adota narrativa celebratória, reduzindo a Confederação a um “abortão” e sua repressão a prova de força e legitimidade imperial.

Essa comparação revela dois processos simultâneos. O primeiro é a polarização discursiva simétrica: se o *Typhis* demoniza o Imperador, o Manifesto e o Diário demonizam os federalistas, produzindo gramáticas morais totalmente incompatíveis. O segundo é a transformação temporal do enquadramento imperial. O Manifesto, redigido quando o desfecho ainda era incerto, busca justificar a repressão perante observadores estrangeiros; o *Diário Fluminense*, ao contrário, já escreve desde a posição de vitória militar consolidada, celebrando o resultado e apagando as incertezas do processo.

6.3 Atores, Relações e Silêncios Estratégicos

A triangulação permite identificar três categorias de atores na reconstrução relacional. A primeira categoria reúne atores validados por múltiplas fontes. Pernambuco aparece invariavelmente como epicentro da mobilização, e D. Pedro I como figura central, ainda que representado de maneira positiva ou negativa conforme a fonte. As adesões do Ceará e da Paraíba, descritas pelo *Typhis*, são confirmadas pelo *Spectador* de forma neutra, indicando que efetivamente eram percebidas na capital imperial. O silêncio do Manifesto e do *Diário* sobre essas adesões revela, paradoxalmente, sua importância: o governo tinha interesse explícito em reduzir a percepção pública da extensão do movimento.

A segunda categoria envolve atores revelados apenas pelas fontes externas. A Bahia emerge no *Spectador* como mediadora potencial entre Rio e Pernambuco — papel ausente no *Typhis* e ignorado nas fontes imperiais. As representações diplomáticas, alvo do Manifesto, indicam que o Império temia algum grau de reconhecimento externo da Confederação, dimensão ausente no discurso federalista. Já as correspondências da

Guerra e da Marinha no *Diário Fluminense* revelam a estrutura burocrática da repressão, incluindo coordenação militar, coleta de listas de sediciosos e uso sistemático de prisões.

Por fim, há silêncios estratégicos. O Manifesto e o *Diário* omitem a extensão da adesão provincial ao federalismo; o *Diário* apaga a dissolução da Constituinte; o *Spectador* evita mencionar lideranças polarizadoras como Frei Caneca. Essas omissões mostram o que cada ator político julgava perigoso ou inconveniente divulgar, e constituem elementos essenciais para compreender o funcionamento da rede de informação e desinformação no interior do Império.

6.4 *Bahia como Ponte Frustrada: A Conexão que Não se Formou*

Entre os achados fruto da nossa triangulação, destaca-se a posição estrutural da Bahia como potencial ponte entre o bloco federalista e o centro imperial. O *Spectador* a apresenta como única província capaz de mediar o conflito, devido à sua posição geográfica, importância econômica e vínculos políticos com ambos os polos. O *Typhis*, entretanto, não visualizava a Bahia como mediadora, mas como potencial aliada militar; e tanto o Manifesto quanto o *Diário* silenciam completamente sobre seu papel.

A inexistência dessa ponte na prática decorre de três fatores. A polarização acelerada da crise, especialmente após a militarização do conflito, reduziu o tempo e o espaço para qualquer tentativa de mediação. A lógica binária do *Typhis*, que via o conflito como luta entre liberdade e tirania, tornava impossível aceitar uma mediação que exigisse concessões. E, por fim, nenhuma liderança baiana assumiu papel de articulador ou negociador, deixando latente uma possibilidade estrutural que jamais se ativou.

Do ponto de vista da análise de redes, essa ausência de “bridging capital” ampliou o isolamento do bloco federalista, que possuía forte coesão interna, mas pouca capacidade de construir alianças externas.

6.5 *A Repressão Sistemática Documentada*

As correspondências oficiais publicadas no *Diário Fluminense* em 1825 revelam uma dimensão da repressão que não aparece no *Typhis* e é minimizada nas fontes moderadas: a existência de uma estratégia burocrática coordenada de desarticulação. Os relatórios mencionam listas de sediciosos, organização de processos de julgamento e prisão, bem como a coordenação naval do bloqueio comandado por Cochrane. Essas informações permitem entender que a repressão imperial não foi improvisada, mas planejada para atacar pontos nodais da rede da Confederação.

A eliminação de articuladores regionais no Ceará, as deportações de lideranças secundárias e a supressão de jornais aliados demonstram que a Coroa visou deliberadamente a destruição das conexões que sustentavam a Confederação. O módulo federalista, já fragilizado por sua dependência de poucos líderes e pela ausência de pontes externas, colapsou rapidamente sob pressão coordenada.

6.6 Implicações da Triangulação para a Análise Relacional

A triangulação com quatro fontes contemporâneas permite formular seis conclusões centrais sobre o módulo federalista e sua derrota. Primeiramente, as ligações e antagonismos registrados no *Typhis* — incluindo solidariedade entre províncias do Norte e hostilidades com o centro imperial — são confirmados por fontes externas, reforçando a validade da reconstrução relacional. Segundo, a triangulação revela fragilidades estruturais ignoradas pelo discurso federalista, especialmente a ausência de pontes externas e a não ativação da Bahia como mediadora. Em terceiro lugar, ela evidencia que a crise de 1824 foi vivida como realidades paralelas, cada uma regida por lógica própria, o que inviabilizou qualquer negociação significativa. Por sua vez, é possível detectar que a polarização não foi apenas ideológica, mas também topológica: pontes foram destruídas ou jamais construídas, e o centro moderado foi progressivamente marginalizado. Quarto, é possível detectar um aspecto que contribuiu para o colapso federalista, nomeadamente, a alta dependência de poucos brokers, o isolamento regional e a ausência de redundância. Por fim, a comparação com a retórica proveniente do Rio de Janeiro, havia uma clara assimetria estrutural entre um movimento regional isolado e um Estado imperial com redes diplomáticas, aparato burocrático e superioridade organizacional.

7 - Discussões

7.1 Possíveis Inferências

A riqueza de detalhes do *Typhis* permitiu gerar informações robustas que contribuem na articulação do argumento de que o federalismo no Brasil foi construído através de redes de comunicação e mobilização, com forte base regional, em reação ao centralismo autoritário imperial, transformando-se gradualmente de crítica leal em projeto confederativo autonomista.

O federalismo brasileiro emerge como resposta direta à imposição do centralismo imperial. A dissolução arbitrária da Assembleia Constituinte em novembro de 1823 e a outorga da Constituição de 1824 funcionaram como catalisadores que transformaram o descontentamento ideológico em mobilização política concreta. O discurso de Frei Caneca permite mapear uma estrutura de alianças, oposições e hierarquias dentro do campo federalista.

A progressão temporal da ruptura com o Império está documentada edição por edição, permitindo rastrear pontos de inflexão e mecanismos de escalada. Esta evolução indica que o federalismo brasileiro se construiu processualmente, através da apropriação e adaptação de modelos externos à realidade nacional.

As estratégias de mobilização são frutos da reação da Coroa que se mostrava intransigente buscando ações militares contra Pernambuco e as demais províncias aliadas. Dessa forma, os líderes das províncias do Norte tornaram-se progressivamente mais radicais diante da intransigência imperial. As táticas discursivas, frames ideológicos e apelos à ação

empregados por Frei Caneca para construir e manter a rede são explícitos e analisáveis. A análise quantitativa do discurso mostra escalada nos termos “despotismo” e “absoluto”, revelando que o federalismo brasileiro nasceu intrinsecamente vinculado à resistência ao absolutismo monárquico.

Quanto às identidades coletivas, a construção da identidade Norte-Nordeste ou “pernambucana” em oposição ao “despotismo carioca” é abundantemente documentada. Essa forte identidade regional atrelada aos conceitos relacionados à “federação/confederação” sugere que o federalismo brasileiro nasceu territorialmente fragmentado, com forte componente regional.

7.2 Limitações

A utilização do *Typhis* como fonte para análise de redes não está isenta de limitações metodológicas que requerem reflexão crítica. De fato, o *Typhis* é um texto enviesado enquanto à perspectiva, embasada na visão do escritor, e à sua retórica, que tem uma natureza engajada e conflitiva.

A revista representa exclusivamente o ponto de vista federalista e de oposição. Relações dentro do campo centralista/imperial são mencionadas apenas quando visíveis de fora ou quando relevantes para crítica. Isso pode gerar uma rede assimétrica, com alta resolução no campo federalista e baixa resolução no campo imperial. Apenas relações que Frei Caneca considerou politicamente relevantes ou estrategicamente úteis mencionar são documentadas. Relações cotidianas, informais ou privadas permanecem invisíveis, criando o risco de superestimar a importância de laços formais e políticos em detrimento de outros tipos de conexão (parentesco, amizade, compadrio) que também estruturavam alianças. O *Typhis* é literatura engajada, e não um relato neutro. A intensidade atribuída às relações (e.g., a caracterização de adversários como “pérfidos” ou “tiranos”) reflete estratégia retórica, não necessariamente a intensidade objetiva do conflito. É importante, portanto, distinguir entre a relação *descrita* e a relação *existente*.

Além desses vieses o texto apresenta uma topologia incompleta visto que apesar de sua riqueza, *Typhis* não oferece acesso completo à totalidade da rede política do período. Atores que não entraram na agenda do *Typhis*, províncias distantes do foco nordestino, e negociações secretas permanecem fora do alcance analítico.

Essas limitações não invalidam a análise, mas exigem transparência metodológica e interpretação cautelosa. A rede reconstruída a partir do *Typhis* é uma rede *parcial e situada* — ela representa o universo relacional tal como visto e construído por Frei Caneca e o movimento federalista. Esta parcialidade, contudo, é uma característica intrínseca de muitas análises históricas baseadas em vestígios documentais (Ginzburg, 1990). Assim sendo, merecem reconhecimento explicitamente os limites da visibilidade documental para evitar generalizações que extrapolem esses limites.

8 - Conclusão

O *Typhis Pernambucano* ocupa uma posição singular na história política brasileira por ser simultaneamente *instrumento e registro* da metamorfose topológica aqui analisada. Como instrumento, o periódico foi ferramenta ativa de reconfiguração relacional — criou conexões, mobilizou identidades, coordenou ações, e catalisou polarização. A capacidade do artigo em reconstruir através do *Typhis* as relações sócio-políticas juntamente com sua evolução temporal, múltiplas dimensões, valências, o converte em uma fonte histórica que desvela a *estrutura relacional* de um contexto histórico que transformou ideias em ações.

A análise topológica do contexto histórico revela que crises políticas são processos concretos de construção e reconfiguração de laços, com consequências para a criação de eventos históricos e para a distribuição de poder. A dissolução da Assembleia Constituinte destruiu pontes institucionais; a imposição do Morgado ativou cliques de oposição; o bloqueio naval regionalizou o conflito; a proclamação da Confederação formalizou ruptura topológica total.

O fracasso militar da Confederação do Equador não invalida a extraordinária capacidade demonstrada pelos federalistas de construir, em apenas oito meses, uma rede de mobilização que desafiou o poder imperial. A velocidade da transformação topológica — de oposição difusa a confederação armada — atesta tanto a fragilidade da integração imperial quanto a eficácia das estratégias de mobilização empregadas por Frei Caneca e seus aliados.

Ao aplicar a ARS ao conteúdo de *O Typhis Pernambucano*, este artigo demonstra que o periódico de Frei Caneca foi a infraestrutura de coordenação que permitiu a transição da rede da Confederação de um estado latente para uma rede de ação militante. A progressão da rede através das quatro fases topológicas — de uma Fase de Observação (Fase 1) sob Frei Caneca a uma Fase de Ruptura e Confederação (Fase 4) — espelha precisamente a escalada do conflito, desde a crítica ideológica da dissolução da Assembleia Constituinte até a secessão organizada contra o bloqueio imperial.

O papel de Frei Caneca como *broker* (alta Centralidade de Intermediação) foi crucial para ligar grupos díspares e traduzir ideologia em ação, construindo um alto capital de conexão (*bonding social capital*) do módulo federalista. No entanto, a incapacidade da rede de gerar laços externos ou recursos, e sua consequente polarização extrema resultaram no isolamento geográfico e na vulnerabilidade militar à repressão coordenada e superioridade de recursos do Rio de Janeiro. O colapso final do movimento foi reflexo de uma falha estrutural e recursal.

Este artigo demonstra o valor do ARS para a historiografia de movimentos sociais no Brasil. A metodologia permitiu transformar a análise do discurso político e dos fatos narrados em dados quantificáveis sobre topologia e dinâmica de poder.

A identificação da dependência de Frei Caneca e das vulnerabilidades estruturais (e.g., o isolamento geográfico, assimetria de recursos) oferece uma interpretação mais rigorosa e menos determinística do colapso da Confederação. O caso de 1824 ilustra um paradigma

de como as redes de comunicação (mediadas pela imprensa) no século XIX se transformaram em redes de rebelião, cuja eficácia foi limitada pela geografia e pela concentração de poder repressivo no Centro Imperial.

A revolta da Confederação do Equador revela que o federalismo no Primeiro Reinado, tornou-se uma força social que se manifestou violentamente em resposta à imposição do centralismo autoritário. Dessa forma, pede-se observar a passagem do federalismo teórico a práxis, sendo ele um propulsor do processo de formação da nação brasileira.

Apesar de sua derrota militar e do isolamento geográfico, o movimento de 1824 plantou as sementes do ideal republicano e federativo no Nordeste, um ideário que continuaria a fermentar e influenciar ciclos de revoltas nas décadas seguintes. O fato de o Rio de Janeiro ter tido que utilizar a força (bloqueio, tropas, perseguição dos *brokers*) para impor a unidade válida a ideia de que a coesão nacional pós-1822 foi construída pela violência centralista, e não pela adesão consensual, uma lição crucial para o entendimento da formação do Estado brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Referências Primárias

- Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira:

O Spectador Brasileiro (Rio de Janeiro) – nº 15, 31 e 241.

Diário Fluminense (Rio de Janeiro) – nº 5, 6 e 7.

- Senado Federal:

O Typhis Pernambucano (Recife) – nº 1-29.

Referências Não-Primárias

Andrade Filho, Dario Alberto de; Dantas Filho, José; Calixto, Vinícius Machado. 2025. 200 Anos da Confederação do Equador: A difusão do movimento para as províncias do Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, Maio 2025 (Texto para Discussão nº 344).

Bearman, P. (1993). *Relations into Rhetorics: Local Elite Social Structure in Norfolk, England, 1540-1640*. Rutgers University Press.

Bezerra, Alcides. (1925). *A Parahyba na Confederação do Equador*. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional.

Borgatti, S. P., Everett, M. G., & Johnson, J. C. (2018). *Analyzing Social Networks*. SAGE Publications.

- Burke, Moira & Marlow, Cameron & Lento, Marilyn. (2010). Social network activity and social well-being. Conference on Human Factors in Computing Systems - Proceedings. 3. 1909-1912. 10.1145/1753326.1753613.
- Carlos, Euzeneia. (2011). Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 19, núm. 39, junio, 2011, pp. 153-166.
- Carvalho, Pedro Henrique Duarte Figueira. (2023). “Aonde não se Discute, não Há Governo”: O Conflito Impresso de 1826 e os Obstáculos à Formação de uma Opinião Pública na Corte. Schechner, Caio Rodrigues; Elizabeth Silva Ribeiro Lucas; Ninna Koritzky Falconiere Lopes; Thaís Rodrigues dos Santos; Vitória de Oliveira Barroso Abunahman [Orgs.] *História através da História* (vol. 2): pesquisas do PPGH/UFF. São Carlos: Pedro & João Editores, pp. 331-344.
- Chacon, Vamireh. (1984). *O Typhis Pernambucano* [Edição Comemorativa do 160º Aniversário da Confederação do Equador]. Brasília: Senado Federal.
- de Carvalho, Manuel J. M. (1998). Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, 18(36). <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>
- de Mello, Evaldo Cabral. (2004). *A Outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. Editora 34.
- Emirbayer, M., & Goodwin, J. (1994). Network Analysis, Culture, and the Problem of Agency. *American Journal of Sociology*, 99(6), 1411-1454.
- Erikson, E. (2013). *Formalist and Relationalist Theory in Social Network Analysis*. *Sociological Theory*, 31(3), 219-242.
- Ginzburg, C. (1990). Clues: Roots of an Evidential Paradigm. In *Clues, Myths, and the Historical Method* (pp. 96-125). Johns Hopkins University Press.
- Gould, Roger V. (1997). Multiple Networks and Mobilization in the Paris Commune, 1871. McAdam, Doug and Snow, David A. (eds.), *Social Movements: Readings on their Emergence, Mobilization, and Dynamics*. Los Angeles: Roxbury Publishing Company.
- Lemercier, C. (2015). Formal Network Methods in History: Why and How? In G. Fertig (Ed.), *Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies* (pp. 281-310). Brepols Publishers.
- Lemercier, C. (2015). Formal Network Methods in History: Why and How? In G. Fertig (Ed.), *Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies* (pp. 281-310). Brepols Publishers.
- Leskovec, J., Huttenlocher, D., & Kleinberg, J. (2010). Signed Networks in Social Media. *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, 1361-1370.

- Lustosa, I. (2000). *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. Companhia das Letras.
- Mische, A. (2008). *Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks*. Princeton University Press.
- Mische, A. (2008). *Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks*. Princeton University Press.
- Moody, J., McFarland, D., & Bender-deMoll, S. (2005). Dynamic Network Visualization. *American Journal of Sociology*, 110(4), 1206-1241.
- Morel, M. (2008). *Os Primeiros Passos da Palavra Impressa*. In L. M. Martins & T. N. Luca (Eds.), *História da Imprensa no Brasil* (pp. 23-43). Contexto.
- Padgett, J. F., & Ansell, C. K. (1993). Robust Action and the Rise of the Medici, 1400-1434. *American Journal of Sociology*, 98(6), 1259-1319.
- Padgett, J. F., & Powell, W. W. (2012). *The Emergence of Organizations and Markets*. Princeton University Press.
- Ramires, Mário. (2017). Tipografias e Tipógrafos em Pernambuco, 1815-1824. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. 35. 10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.1.al.07.
- Rollinger, C. (2020). Social Network Analysis and Ancient History. In C. Rollinger (Ed.), *Classical Antiquity in Video Games* (pp. 1-18). Bloomsbury.
- Scott, J. (2017). *Social Network Analysis* (4th ed.). SAGE Publications.
- Snow, D. A., & Benford, R. D. (1988). Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization. *International Social Movement Research*, 1, 197-217.
- Stark, D., & Vedres, B. (2006). Social Times of Network Spaces: Network Sequences and Foreign Investment in Hungary. *American Journal of Sociology*, 111(5), 1367-1411.
- Studart, Guilherme Chambly (Barão de Studart). (1924). O Movimento Republicano de 1824 no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, 38, 13-30.
- Tarrow, S. (1998). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics* (2nd ed.). Cambridge University Press.
- Tilly, Charles. (1978). *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House.
- Tilly, Charles. (2001). Mechanisms in Political Processes. *Annual Review of Political Science*, 4, 21-41.
- Tilly, C. (2008). *Contentious Performances*. Cambridge University Press.
- Verbrugge, L. M. (1979). Multiplexity in Adult Friendships. *Social Forces*, 57(4), 1286-1309.

Wasserman, S., & Faust, K. (1994). *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge University Press.

ANEXO I

Glossário de Termos de Teoria de Redes

- 1. Ativação de arestas**
Refere-se ao momento em que uma potencial conexão (aresta latente) se torna uma conexão efetiva, iniciando a troca de recursos, informação ou influência entre dois nós.
- 2. Broker**
Ator que ocupa uma posição estratégica na rede, conectando grupos ou indivíduos que, de outra forma, não estariam ligados. Exerce controle sobre o fluxo de recursos ou informação, frequentemente associado a alta **betweenness centrality**.
- 3. Capital de conexão (*bonding capital*)**
Forma de capital social baseada em laços fortes, densos e duradouros entre membros de um mesmo grupo, promovendo coesão, confiança e apoio mútuo.
- 4. Capital de ponte (*bridging capital*)**
Forma de capital social derivada de laços fracos que conectam grupos diferentes, proporcionando acesso a informações, recursos e oportunidades novas e diversas.
- 5. Capital social**
Recurso embutido na estrutura de relações de uma rede, que permite aos atores obter benefícios por meio de acesso à informação, influência e solidariedade.
- 6. Cascata de informação**
Fenômeno no qual a adoção de um comportamento, crença ou informação por parte de alguns nós desencadeia sua adoção sucessiva por outros na rede, frequentemente modelado por processos de contágio ou difusão.
- 7. Estrutura policêntrica**
Topologia de rede caracterizada por múltiplos centros ou núcleos de influência (nós centrais), em vez de um único hub dominante, conferindo resiliência e governança distribuída.
- 8. Geradores de arestas**
Mecanismos ou regras (ex.: homofilia, proximidade geográfica, atividades compartilhadas) que explicam por que certas arestas se formam na rede, frequentemente modelados em **modelos de formação de redes**.
- 9. Grau de centralidade (*degree centrality*)**
Medida de centralidade que conta o número de conexões diretas que um nó possui. Indica popularidade ou atividade local na rede.
- 10. Grau de entrada (*in-degree*)**
Número de conexões direcionadas que chegam a um nó. Em redes de fluxo (ex.: citações, seguidores), indica popularidade ou prestígio.
- 11. Grau de interconectividade (*betweenness centrality*)**
Mede a frequência com que um nó aparece nos caminhos mais curtos entre outros pares de nós. Identifica **brokers** ou pontos de controle do fluxo de informação.

12. **Grau de saída** (*out-degree*)
Número de conexões direcionadas que partem de um nó. Indica influência ativa ou alcance em redes de difusão.
13. **Homofilia**
Princípio de que "semelhante atrai semelhante". Tendência de nós com atributos similares (ex.: idade, opinião, status) se conectarem com maior probabilidade.
14. **Módulo** (ou *Comunidade*)
Subconjunto de nós dentro de uma rede que são significativamente mais densamente conectados entre si do que com o resto da rede. A detecção de módulos é central para a análise da **modularidade de rede**.
15. **Modularidade de rede** (*network modularity*)
Medida da força da divisão de uma rede em **módulos** ou **comunidades** (grupos densamente conectados internamente e esparsamente conectados entre si). Valores altos indicam estrutura comunitária bem definida.
16. **Nós** (*nodes*)
As unidades fundamentais ou atores individuais dentro de uma rede. Podem representar pessoas, organizações, países, conceitos ou quaisquer entidades que se relacionam. A coleção de nós e suas conexões (arestas) define a topologia da rede.
17. **Pontes** (*bridges*)
Arestas que conectam dois **módulos** ou comunidades distintas dentro de uma rede. Sua remoção aumentaria significativamente a distância ou isolamento entre os grupos. São estruturalmente cruciais para o **capital de ponte (bridging capital)** e para a integração da rede.
18. **Taxa de formação de arestas** (*rate of edge formation*)
Velocidade ou frequência com que novas conexões são estabelecidas na rede por unidade de tempo. Parâmetro-chave em **modelos de redes dinâmicas** ou evolutivas.

ANEXO II

Cálculo das Métricas

1. Grau de Centralidade

O Grau de Centralidade mede o número de conexões de cada ator (nó). Como se trata de uma rede direcionada (quem influencia quem), calculamos o grau de saída (*out-degree* - influência exercida) e o grau de entrada (*in-degree* - influência recebida).

Nó (ID)	Label	Grau de Saída (<i>Out-Degree</i>)	Grau de Entrada (<i>In-Degree</i>)	Grau Total
P1	Pernambuco	5	4	9
RI	Rio de Janeiro (Corte)	4	3	7
FC	Frei Caneca	4	1	5
MCR	Manoel de Carvalho	1	1	2
DP1	D. Pedro I	1	1	2
BH	Bahia	1	1	2
MG	Morgado do Cabo	0	2	2
JT	João Taylor	1	0	1
MN	Muniz Tavares	1	0	1
SR	Senado do Rio	1	0	1
PB	Paraíba do Norte	0	1	1
CE	Ceará	0	1	1
FP	Facção Portuguesa	0	1	1
AC	Assembleia Constituinte	0	1	1
PM	Poder Moderador	0	1	1
AL	Alagoas	0	0	0

2. Modularidade

A modularidade mede o grau em que a rede se divide em módulos (comunidades) que possuem conexões internas mais densas do que externas.

Para calcular e interpretar a modularidade, primeiro definimos os dois grandes módulos políticos:

1. **Módulo Federalista (M1):** P1, FC, MCR, PB, CE, BH
2. **Módulo Imperial (M2):** RI, DP1, FP, MG, JT, MN, SR
3. **Módulo Ideológico (M3):** AC, PM, AL (Alagoas é isolada, mas ideologicamente alvo).

Arestas por Tipo

Tipo de Aresta	Contagem
Arestas Internas (M1 → M1)	7 (FC→P1, MCR→P1, P1→PB, P1→CE, P1→BH, BH→P1)
Arestas Internas (M2 → M2)	1 (RI→FP)
Arestas Externas (M1 ↔ M2)	12 (FC→RI, FC→DP1, JT→P1, P1→RI, P1→MG, SR→FC, RI→MG, DP1→P1, MN→MCR, RI→BH, RI→AC, FC→PM)
Total de Arestas	20

3. Taxa de Formação de Arestas

Esta métrica mede a velocidade com que novas interações únicas surgiram ao longo das quatro fases da revista, demonstrando a evolução dinâmica do conflito.

Fase (Edições)	Período Temporal	Novas Arestas Únicas Criadas	Taxa de Formação (Novas Arestas/Fase)
1 (1-6)	Alerta e Análise	6	6 / 1 = 6.0
2 (7-15)	Crítica Aberta e Consolidação	6	6 / 1 = 6.0
3 (16-24)	Escalada e Hostilidade	4	4 / 1 = 4.0
4 (25-29)	Ruptura e Chamado Final	1	1 / 1 = 1.0
Total	29 Edições	17	Média: 4.25

ANEXO III**Combinações Político-Ideológicas**

Combinação de Termos	Frequência	Contexto Bélico/Resistência
<i>"assembléia constituinte"</i>	45+	Defesa da representação nacional dissolvida
<i>"soberania da nação"</i>	30+	Princípio fundamental do liberalismo
<i>"sistema constitucional"</i>	25+	Defesa do regime constitucional
<i>"facção portuguesa"</i>	35+	Identificação do inimigo político
<i>"poder legislativo"</i>	20+	Defesa das atribuições parlamentares
<i>"liberdade política"</i>	18+	Autonomia e direitos políticos
<i>"projecto de constituição"</i>	22+	Crítica ao documento outorgado

Combinações de Conflito/Resistência

Combinação de Termos	Frequência	Contexto Bélico/Resistência
<i>"dissolução da assembléia"</i>	40+	Ato imperial criticado
<i>"chumbeiros do Rio"</i>	15+	Opositores políticos no Rio de Janeiro
<i>"arbítrio imperial"</i>	12+	Crítica ao autoritarismo
<i>"unidade das províncias"</i>	18+	Defesa da federação
<i>"resistência legítima"</i>	10+	Justificação da oposição
<i>"tiranos e déspotas"</i>	8+	Retórica antiautoritária

Combinações Regionais/Identitárias

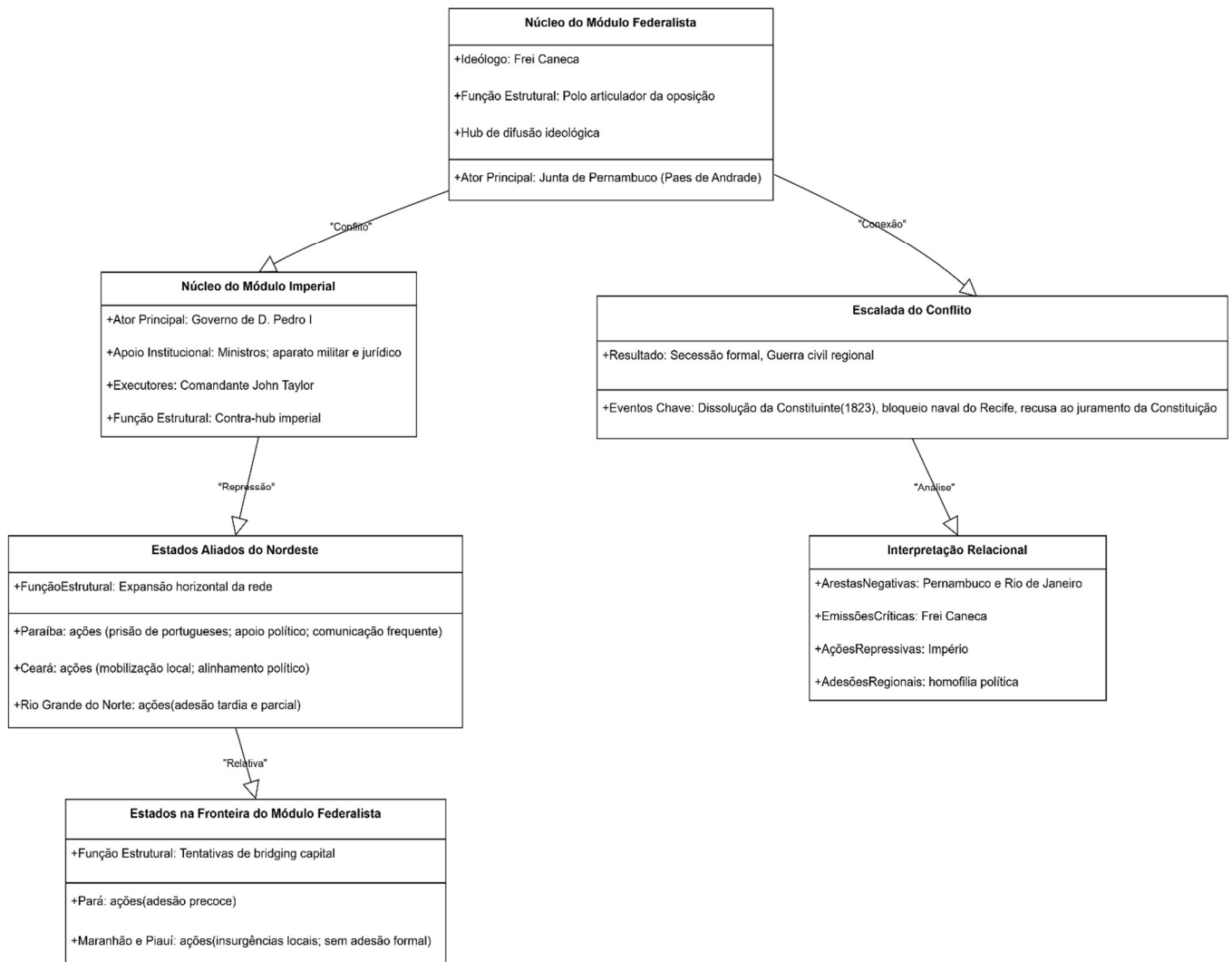
Combinação de Termos	Frequência	Identidade Regional
<i>"província de Pernambuco"</i>	25+	Identidade regional forte
<i>"povo pernambucano"</i>	15+	Comunidade política local
<i>"norte do Brasil"</i>	12+	Identidade regional ampliada
<i>"camaras municipais"</i>	20+	Instâncias locais de poder
<i>"heróis pernambucanos"</i>	8+	Exaltação de figuras locais

Combinações Religiosas/Morais

Combinação de Termos	Frequência	Contexto Religioso
<i>"religião católica"</i>	20+	Defesa da religião oficial
<i>"santa religião"</i>	10+	Linguagem religiosa
<i>"providência divina"</i>	8+	Justificação teológica
<i>"moral pública"</i>	6+	Defesa dos valores morais

ANEXO IV

Síntese esquemática da evolução dos eventos descritos no *Typhis*



Fonte: Elaboração própria com o uso do programa Drawio

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.